



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

**O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) E OS DESAFIOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE ASSENTAMENTO**

Dayse Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho objetiva descrever e analisar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, destacando limites, dificuldades, conflitos e potencialidades no processo de consolidação da proposta de um assentamento ambientalmente diferenciado. Analisamos também a atuação do Estado na implementação de assentamentos. Procuramos fazer uma análise que nos permita dimensionar melhor os impactos positivos dos assentamentos rurais discorrendo sobre como a problemática ambiental vem assumindo novos significados frente às demandas e às lutas sociais

Palavras-chave: Projeto de Desenvolvimento Sustentável. PDS. MST. Questão Agrária.

Abstract: This paper aims to describe and analyze the Sustainable Development Project, highlighting limits, difficulties, conflicts and potentialities in the process of consolidating the proposal of an environmentally differentiated settlement. We also analyze the state's performance in the implementation of settlements. We seek to make an analysis that allows us to better measure the positive impacts of rural settlements, discussing how the environmental problem is assuming new meanings in the face of social demands and struggles.

Keywords: Sustainable Development Project. PDS. MST. Agrarian Question.

I. INTRODUÇÃO

A formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações e a implantação de assentamentos da reforma agrária. Considerando que a implantação de assentamentos no Brasil ocorre de diversas formas devido à grande quantidade de projetos que possuem territorialidades diversas, a tipologia dos assentamentos é resultado da diversidade de projetos de reforma agrária, com conflitualidades entre campesinato, latifúndio e agronegócio que disputam as terras agrícolas do país. Essa disputa ocorre no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, latifúndio e agronegócio e, simultaneamente, ganhando formas diferenciadas em todas as regiões do país. Essa permanente disputa territorial forma territórios distintos: territórios camponeses e territórios do capital. Territórios esses que representam divergentes modelos de organização

¹ Mestranda em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na UFF (Universidade Federal Fluminense).

territorial caracterizados pela biodiversidade e pela monocultura, pela pequena e grande escala, pelo agronegócio e agroecologia.

Entender a organicidade de um assentamento no contexto da questão agrária brasileira, inserida numa conjuntura em que a crise estrutural do capital tem rebatimentos diretos nas formas de expressão e luta pela ampliação de direitos e na busca da superação da sociabilidade burguesa, requer um resgate teórico, metodológico e sócio-histórico para assegurar uma apropriação das manifestações particulares desse modo de assentamento que pretendemos discutir.

A modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS - (criada pela Portaria/INCRA nº 477/99) a ser aplicado no Assentamento Osvaldo de Oliveira se traduz em um exemplo dessa diversidade de assentamentos da Reforma Agrária. Essa modalidade visa conciliar o assentamento humano em áreas de preservação ambiental com a proposta de promover o uso sustentável dos recursos florestais, produto de uma gestão compartilhada entre o INCRA, movimentos sociais e entidades ambientais.

Considerando as diretrizes do INCRA e do MST para a criação, organização e consolidação deste modelo de assentamento, algumas questões mostram-se importantes e justificam a escolha do objeto desta pesquisa, são elas: quais as possibilidades e os limites do processo organizativo de um assentamento agroecológico num país cujo modelo de desenvolvimento rural, historicamente, gerou miséria e degradação ambiental? Que forças sociais atuam de modo decisivo no processo organizativo dos assentamentos agroecológicos? Como a questão ambiental é tratada? Que lugar ela ocupa? Que sentido atribuem os assentados, o Estado e os movimentos sociais à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à agroecologia?

II. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

O contexto contemporâneo demonstra que a reorganização dos padrões de acumulação dada pela combinação integrada da reestruturação produtiva e da política neoliberal expressa a plena fetichização do capital, reificado pela globalização financeira¹.

¹De acordo com Ferrari Filho(2004), O sistema financeiro internacional passou por intensas transformações após o colapso do sistema de Bretton Woods, na década de 1970. Nesse interim, vale destacar a adoção das chamadas reformas estruturais de cunho liberalizante, quer seja, a desregulamentação (liberalização) dos mercados financeiros, patrocinado pelo FMI nos anos 1990. Este processo, aliado à revolução da **tecnologia da informação** (ver Castells, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000) culminou na **globalização financeira**. “Esta se caracteriza, notadamente, por uma drástica intensificação dos fluxos de capitais

Nesse cenário procuramos situar a problemática da questão agrária e a agricultura camponesa, suas particularidades no Brasil, a luta de classes no campo e as principais formas de conflito e violência praticadas contra os trabalhadores rurais.

O receituário econômico e político neoliberal concomitante com a flexibilização do sistema produtivo, orientados à garantia de condições para que a oligarquia financeira exerça seu controle hegemônico no mercado mundial, têm consequências perversas no acirramento das expressões da “questão social” e no retrocesso dos direitos trabalhistas. Tal forma de reestruturação econômica e política da sociedade também vêm agravando uma crise ecológica que põe a saúde e a existência humana em conflitos alarmantes, sobretudo nos países considerados *periféricos*, pois tais receitas são adotadas de variadas formas de acordo com as particularidades de cada país. Nesse contexto, em que as classes dominantes apostam em estratégias para passividade dos sujeitos coletivos, são acarretadas sérias dificuldades para a organização das classes trabalhadoras modificando e tensionando as formas de luta e expressão para além das formas clássicas – seja pela ampliação dos direitos, seja também pela superação da sociedade capitalista –, como sindicatos e partidos.

O cenário internacional marcado pela crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2007) caracteriza um reordenamento para recuperar seu ciclo produtivo. Ficam mais explícitas as respostas sistêmicas para repor e expandir os patamares de acumulação, impondo-se mudanças na organização da produção material, na forma de acumulação, nas formas de consumo e gestão da força de trabalho, no perfil da intervenção estatal e na disseminação ideo-política desse “projeto” que conformou uma espécie de senso comum que naturalizou as respostas apresentadas como “única alternativa possível”.

Os capitalistas parecem ter obtido êxito disseminando a ideia que “não nos resta nada a fazer”. Todavia, o seu fracasso expressa-se no falido alcance do seu objetivo central: permanência de altas taxas de crescimento estável. As taxas de lucros permanecem ordinárias e as crises se multiplicam, reduzidas frequentemente sob a forma de crises financeiras localizadas: são as crises típicas da financeirização (NETTO & BRAZ, 2008).

A expansão do processo de financeirização e a reestruturação das relações de produção estabeleceram uma reorganização geográfica e espacial da nova economia mundial em busca da recuperação da sua taxa de lucro. A valorização desse processo se dá sob a forma

internacionais, uma elevação de seu volume e de sua velocidade de circulação - que tendem a constituir um **único** mercado mundial de moedas e de crédito.”

fictícia, baseado na promessa de apropriação de uma determinada fração de valor sem lastro material, ou seja, que ainda nem foi produzido. É proveniente desse setor financeiro a maior parte de detenção de títulos da dívida pública de países situados na periferia do capitalismo.

As condições de vida e as condições de organização política dos trabalhadores são diretamente atingidas com as consequências desse quadro. Vale destacar, dentre os desdobramentos no mundo do trabalho: a intensificação dos processos de trabalho, a contenção dos salários, a permanência de um quadro de desemprego estrutural, formas de trabalho parciais, temporários e precarizados, a polivalência, a terceirização, o aumento da exploração do trabalho feminino e infantil, a desregulamentação das condições de trabalho e intensos ataques ao movimento sindical combativo e movimentos sociais *anti-sistêmicos*.¹

Assistimos o surgimento de novas formas precarizadas de trabalho e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência por parte dos trabalhadores desempregados. A luta pela sobrevivência tornou-se ainda mais complexa, limitada, acirrada, pragmática, revelando condições efetivas para práticas individualistas, fragmentadas e despolitizadas, destituindo a dimensão de solidariedade de classe. Essa transformação na organização das lutas se expressa no movimento da consciência de classe como expressão do movimento da própria classe (IASI, 2011), assim:

Partindo dessa perspectiva, o destino da consciência está inevitavelmente ligado ao destino de classe: se esta consegue em seu processo de formação se constituir na luta de classes como força autônoma, pode produzir momentos de consciência de classe que expressam tal autonomia: se a classe consegue em sua ação superar a sociedade do capital, pode gerar as bases para uma nova consciência; mas se a classe sofre uma derrota, se politicamente não consegue ir além dos limites do sociometabolismo do capital, a consciência acompanha o acomodamento, refluindo e se desconstituindo novamente em alienação (IASI, 2011, p.17).

Em relação ao desenvolvimento rural, estudos demonstram que a política neoliberal para a reforma agrária tem sido elaborada no sentido de solucionar a “questão da terra” através da “propriedade privada” - a chamada reforma agrária de mercado - . De acordo com Girard (2009), o modelo agrícola neoliberal se caracteriza pela concentração, domínio pelas grandes

¹ Segundo Wallerstein (2005) vivemos numa era de manifestações anti-sistêmicas e desde a década de 1960 esses movimentos são divididos em dois tipos diferentes: os chamados movimentos sociais e os movimentos nacionais. Para uma abordagem reflexiva sobre movimentos anti-sistêmicos vale consultar : WALLERSTEIN, I. M. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p.263-276.

corporações, prejuízo dos agricultores, direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, intensificação da especialização da produção, incentivo à monocultura, degradação ambiental e aumento da pobreza. Não por acaso, a base do modelo agrícola neoliberal é o agronegócio.¹

Do ponto de vista técnico, a estratégia modernizadora foi fundamentada no desenvolvimento da chamada *Revolução Verde*² que propôs uma intensa mecanização da agricultura com a produção de plantas que “correspondem” à atuação dos agrotóxicos, proporcionando um aumento na produção de alimentos e a implantação do modelo de monocultura. Nessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de “pacotes tecnológicos”, tidos como de aplicação universal e destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas. Sobre a tecnologia, concordamos com Claudio Katz quando diz

“el marxismo logra un acceso privilegiado al conocimiento de la tecnología como fenómeno social, porque parte de un distanciamiento explícito y conciente del punto de vista de las clases dominantes. Esta postura le permite jerarquizar el análisis del problema de la explotación en el cambio tecnológico y ubicar cuales

¹ Segundo Welch e Fernandes (2008) o agronegócio “é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento deste complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais” (WELCH e FERNANDES, 2008, p.165). Assim, o agronegócio é caracterizado pela diminuição do controle da produção pelo agricultor. As atividades do agricultor são reduzidas ao momento da produção e ele depende de empresas e intermediários para oferecer suporte (fornecimento de insumos, máquinas, técnicas de produção) para a venda e transformação da produção, alongando o circuito e diminuindo os lucros e a independência do agricultor. O agronegócio necessita de uma concentração crescente para se sustentar. Segundo estes autores, o agronegócio é controlado pelo capital e tem dominado tecnologias e políticas agrícolas. Ou seja, o campesinato pode produzir no interior do agronegócio, porém de forma subalterna, pois esta é uma condição determinada pelo capital.

² A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Pretende-se com isso elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos proporcionando as condições ecológicas ideais, eliminando com agrotóxicos os competidores e predadores naturais e fornecendo os nutrientes necessários sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica implícita nesse mecanismo é o controle das condições naturais por meio da simplificação e da máxima artificialização do ambiente, de forma a adequá-lo ao genótipo, para que esse possa efetivar todo seu potencial de rendimento (SARADÓN, 1996). Com efeito, a Revolução Verde, na verdade significou uma forte degradação ambiental e humana, que através do efeito ideológico propagado tenta nos convencer de que não há alternativas para quem não pode pagar uma alimentação orgânica e que a única forma de acesso ao alimento para essa parcela da população é aquela amplamente contaminada com o uso dos agrotóxicos. Além de não resolver o problema da fome, a Revolução Verde também aumentou a dependência de sementes e a concentração fundiária impactando negativamente nos saberes populares. Uma análise, a luz do pensamento crítico ambientalista, da Revolução Verde no Brasil pode ser apreciada nos Estudos, Sociedade e Agricultura, ano 2016, v.2 do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ.

son las contradicciones de la innovación en el capitalismo.”(KATZ, Claudio, p.3,1997)

No Brasil esse “pacote” foi implantado durante o período da ditadura empresarial-civil-militar, e resultou no atual modelo predominante e predatório de agricultura: o agronegócio. Os setores de produção de insumos e de transformação industrial, as instituições e os mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura dos mercados sofreram uma drástica reestruturação para atender as exigências de consolidação e reprodução em larga escala do modelo imposto. Assim como as instituições de ensino agrônomo e técnico, por meio de mudanças adaptativas, com a pretensa formação de pesquisadores, *experts*, extensionistas e outros profissionais segundo a filosofia da Revolução Verde.

Além disso, o Estado definiu um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas e instituições – que passou a favorecer a expansão e a consolidação do processo modernizador no terreno técnico-científico e a regular as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola (ALMEIDA, 1993). Induzida pelos padrões produtivos da Revolução Verde, a tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização extremada do meio natural, acarretaram impactos ambientais que se propagaram a todos os ecossistemas do país: devastação de florestas e campos nativos; degradação dos solos agrícolas; comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e contaminação de alimentos consumidos pela população (ALMEIDA, 2001).

Desta forma, o novo estágio do capitalismo globalizado teve enormes influências e consequências no campo, na configuração do campesinato e na agricultura. Várias empresas transnacionais se instalaram em países periféricos como o Brasil e passaram a controlar inicialmente as agroindústrias de insumos (como fertilizantes e agrotóxicos), depois máquinas de fábricas agrícolas e agroindústrias de alimentos nos diversos setores. Logo, tomaram o controle mundial das chamadas “commodities”¹ além da introdução de sementes transgênicas². Hoje o mercado de muitos produtos agrícolas é praticamente todo

¹ Commodities são produtos agrícolas padronizáveis como soja, milho, arroz, café, grãos, trigo, etc, orientadas à exportação.

² Esse tipo de semente permite que as empresas tenham propriedades sobre elas, registrando as mutações genéticas como um novo organismo vivo, regido pela lei de patentes (STÉDILE, 2011).

dominado pelo oligopólio de algumas empresas transnacionais como a Monsanto, Cargill, Bayer, Basf, Syngenta, as mesmas que controlam o mercado de sementes transgênicas no mundo (STÉDILLE, 2011). Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) dez empresas são donas de 73% das sementes de todo o mundo.

De acordo com Oliveira (2001), esse conjunto de sistemas regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, entendido como agronegócio, é uma forma de inserção da elite brasileira no capital mundial. A inserção cada vez maior do país no agronegócio deriva do seu papel no interior da lógica contraditória do capitalismo mundializado. O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais predatórios, engendrou, de forma igual, a fragmentação e a decomposição social e econômica da pequena *agricultura familiar*. Segundo a FAO (1995) estima-se que dos 6,5 milhões de explorações agrícolas familiares existentes no Brasil, cinco milhões estejam confrontados com uma situação precária ou de total marginalidade. Ainda de acordo com Oliveira (2012)

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes baseava-se na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais. (OLIVEIRA, 2012, p.6)

A ideologia do crescimento econômico e a associação entre interesses do governo visando à captação de divisas públicas via exportação de *commodities* agrícolas, de grupos do agronegócio, em busca do lucro crescente e imediato, tem respaldado politicamente a expansão dos latifúndios monocultores e a agricultura industrial imposta na realidade brasileira. Leroy (2011), ao analisar territórios e bens comuns, constata que esse processo avança cada vez mais por meio de conquistas territoriais destruidoras de ecossistemas e de meios e modos de vida de populações rurais. Várias fábricas de celulose do Hemisfério Norte foram transferidas para o Brasil fugindo das restrições ambientais impostas em seus países de origem, dado o caráter poluente de suas atividades, pois essas plantações destroem a

biodiversidade e agredem o meio ambiente ao exaurir a água do solo. Dessa forma, “o celeiro do mundo” abrigou essas empresas que compraram grandes extensões de terra para iniciar plantações monocultoras de pínus e eucalipto para exportar celulose. Verificamos nos últimos anos que as empresas transnacionais e os fundos de investimentos estrangeiros passaram a investir nas usinas de etanol para ter controle dessa fonte de energia renovável aumentando em grande proporção as aquisições de terra. Assim, “Estima-se que o capital estrangeiro controla mais de 40 milhões de hectares de terra no Brasil” (STÉDILLE, 2012, p.28).

Tendo em vista esse contexto desfavorável, quais são os desafios para a classe trabalhadora? Como as atuais formas de produção desenvolvidas pelos(as) assentados(as) estão relacionadas aos costumes, trajetórias destes sujeitos, enfim, a um modo de vida que de fato, foi atingido pelo processo de modernização da agricultura brasileira? Para Antunes (2010) o desafio inicial é a necessidade de retomar a identidade de classe para formar uma unidade de luta. É urgente e necessário projetos mais audaciosos que fortaleçam a identidade de classe para transformações que apontem para tempos melhores. É fundamental que a classe trabalhadora retome radicalmente sua autonomia, seu protagonismo, sua identidade e reformule sua agenda de lutas e estratégias políticas para consolidar um novo projeto societário em tempos de barbárie. Pois nunca antes na história da humanidade tivemos condições de desenvolvimento das forças produtivas tão avançadas para promover uma humanidade plena, mas por causa da lógica imposta pela reestruturação produtiva em tempos de automação da produção (expresso no novo padrão de acumulação flexível) o caminho que seguimos é em marcha acelerada para um desastroso processo de desumanidade.

No Brasil, em que atualmente vivenciamos um novo golpe de Estado os ataques aos parques direitos conquistados tem tomado proporções devastadoras. Como explicar que uma agenda política focada na espoliação daquilo que é público receba aprovação popular? Nota-se que as privatizações retornaram com força no país todo devido à crise de endividamento dos governos estaduais com a União. Para cada rodada de renegociação dos Estados com o Ministério da Fazenda, mais privatizações são exigidas e anunciadas. Uma avassaladora onda de mercantilização tem avançado, superando todos os diques e as barreiras de contenção que encontrou pela frente. Afinal, qual o segredo da hegemonia neoliberal?

III. A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

O trato dado à questão agrária e o desenvolvimento da agricultura revelam a forma de transição do capitalismo nas diferentes sociedades. Nos países de capitalismo central, a democratização do acesso a terra e a reforma agrária, foram as principais políticas para estimular o desenvolvimento social e econômico, produzindo matéria-prima para as indústrias e meios para a reprodução dos operários. Nos países de capitalismo periférico como o Brasil, essa transição se deu pelo alto, onde a modernização da economia ocorreu de forma gradativa afastando os trabalhadores das relações políticas e dos processos decisórios, especialmente do meio rural. Essa situação fundamenta a opção pelo latifúndio monocultor e o privilégio de classes que tem rebatimentos na economia e na sociedade brasileira até os dias atuais (STÉDILE, 2011).

Segundo Stédile (2011), ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo dos países centrais da Europa e nos Estados Unidos, a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, conservando traços patrimonialistas. O país tem como herança histórica a exploração das riquezas naturais, por meio da apropriação privada do solo brasileiro desde o período colonial, a exploração e o extermínio dos povos que aqui habitavam e a escravização de negros trazidos da África. A invasão e a dominação por meio da força e da violência possibilitaram o controle absoluto da terra, dos povos e dos bens da natureza existentes em nossa região, no chamado processo de colonização. Desta forma, o país foi submetido à exploração de riquezas naturais geridas de acordo com interesses colonialistas, com leis impostas pela metrópole desrespeitando a forma como era organizada a vida dos povos originários desde séculos atrás.

Vale salientar que a degradação ambiental, associada às desigualdades sociais, está presente como elemento constitutivo do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Mas é, sobretudo a partir da década de 1960, aprofundada na década de 1970, que a crise socioambiental se intensifica sem precedentes, como resultado das rápidas e profundas transformações ocorridas na organização socioeconômica, física e técnica do espaço rural. As mesmas foram promovidas com o objetivo de modernizar o setor agrícola, de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, além de liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial (ALMEIDA, 2001).

No entanto, no contexto das mudanças que tiveram como consequências a modernização tecnológica das atividades agropecuárias, o aumento de produtividade, a agroindustrialização, a redução drástica da população rural em relação à urbana, a expansão

da fronteira agrícola, conforme discutimos no item anterior, a demanda por terra permaneceu. Mesmo diante de uma forte repressão aos movimentos sociais, que marcou a ditadura empresarial-civil-militar no Brasil, a demanda por reforma agrária foi sufocada, mas não deixou de se fazer presente, nutrida por lutas que ocorriam de forma desconcentrada (MEDEIROS, 2002). Vale destacar a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), Movimentos dos Agricultores do Norte do Paraná (Mastes), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (Mastreco) e o Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (Mastel) 20 (MORISSAWA, 2001,p.121).

Fernandes (2001) defende que os movimentos camponeses têm demonstrado que o campesinato também é capaz de se recriar a partir de sua luta. No decorrer desse processo, os conflitos em torno da terra produzem múltiplas formas de lutas protagonizadas por trabalhadores rurais, camponeses sem terra, quilombolas, indígenas, seringueiros, etc., que compõem o leque dos sujeitos que enfrentam a desigualdade social advinda do padrão de produção agrícola imposto pelo avanço do agronegócio no campo. O MST(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é uma grande referência na constituição desses processos, dada à especificidade de sua organicidade, agenda de lutas e experimentos de formação política através de seus esforços auto-organizativos¹.

Os dados da CPT² de 2015 registram 742 conflitos de terra no Brasil (menor que 2014 em que foram registrados 757), sendo que ocorreram 200 ocupações, 27 acampamentos

¹ Há inúmeros artigos, dissertações, teses e livros sobre o MST, sua história e suas lutas. Não iremos nos remeter a nenhum deles em especial, a não ser em alguns momentos que consideramos importante. Mas, ressaltamos que nos valemos, principalmente, das seguintes contribuições: Fernandes (1999); Stedile e Fernandes (1999); Stedile (2011) Bogo (2003); Morissawa (2001); Gonçalves (2005); além de publicações de autoria do próprio MST: jornal, revista, cartilhas, panfletos, Internet, etc

² Os conflitos por terra são caracterizados pela CPT como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais” (CPT, 2013, pg.10), envolvendo assentados, quilombolas, indígenas, pequenos proprietários, ocupantes de terra, posseiros, etc. Estão classificados na categoria de conflitos por terra as ocupações e os acampamentos. As ocupações são entendidas como ações coletivas das famílias sem terra, que por meio destas reivindicam terras que não cumprem a função social ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito pelo Estado. Acampamentos são ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos, logo, são espaços de luta e formação (CPT, 2013).O banco de dados da CPT é dinâmico e por isso os dados são constantemente atualizados. As informações publicadas nos cadernos são acrescidas e/ou corrigidas de acordo com documentos e informações que chegam ao setor de documentação mesmo após a publicação dos dados. Desta forma, os dados que utilizamos podem diferir de outras publicações que tenha como base a CPT.

com 102.973 pessoas envolvidas, das quais 50 foram assassinadas¹. Os movimentos sociais foram responsáveis por 244 conflitos e isso revela que a maioria dos conflitos não vem de baixo, são provocados pela ação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, empresários ou mineradores através de assassinatos ou expulsões, ou ainda pela ação do Poder Público, através de ações do Poder Executivo e do Judiciário por meio de prisões e ações, em sua maioria truculenta, de despejo.

Ainda de acordo com a CPT, em relação à distribuição territorial dos conflitos, ela continua presente em todo país, mostrando que os conflitos por terra não ocorrem apenas em área de fronteira, mas sim, contraditoriamente, também em áreas de ocupação antiga dominada pela agricultura capitalista mais tecnificada. Esta tese alimenta a concepção de que a reprodução social do campesinato nacional continua a se fazer por todo o país. Na região sudeste, os sem-terra se destacam com 64,5% do total das categorias envolvidas em conflitos da região. Em mais de 50% dos casos não foi na condição de vítimas, mas de protagonistas de ações de ocupações, predomínio que não ocorre em nenhuma outra região. O relatório da CPT ainda revela que grande parte dos conflitos por terra e água foram registradas em áreas diretamente ligadas às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como no Porto do Açu e Comperj no Rio de Janeiro.

Diante desse quadro percebemos que os conflitos por terra vinculados às ações governamentais em prol da aceleração do desenvolvimento e no entorno das áreas dos megaprojetos, relaciona claramente, a questão da reforma agrária à questão regional-nacional. Por conseguinte, isso demonstra cabalmente que o modo como está se dando a inserção do Brasil na ordem global está promovendo um violento processo expropriatório, sendo os dados revelados pela geografia dos conflitos um registro eloquente.

Apesar de ainda estar muito longe de se produzir grandes transformações na região, os assentamentos rurais demonstram impactos positivos proporcionados que não são desprezíveis se analisarmos as alternativas que as famílias assentadas têm construído para garantir sua permanência no campo. Há, hoje, a necessidade de se repensar o significado dos assentamentos rurais localizados em áreas extremamente urbanizadas, que congregam atividades urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas, demonstrando as tentativas de inserção

¹ Em relação ao MST, vale recordar e pautar os extermínios regionais e locais como o assassinato de Cícero Guedes e Regina dos Santos (assentados e militantes do MST/RJ) no início do ano de 2013 pelas forças latifundiárias na região de Campos dos Goytacazes-RJ

no mercado de produtos e trabalho, divergindo consideravelmente do que se entende por assentamentos rurais no Brasil, fazendo-se necessário repensar as políticas públicas voltadas para este segmento (OLIVEIRA, 2006).

O governo federal compreende a política de assentamentos rurais estabelecida no país atualmente, como uma efetiva reforma agrária. Nesse sentido, afirma que busca implantar um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, além da adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, a adequação institucional e normativa, uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários e o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras, dentre outros (INCRA, 2006). Essa afirmação não passa de discurso vazio ao observarmos as críticas por parte dos assentados em todo o país, muitas relacionadas à morosidade na regularização das terras e na concessão de crédito, além da ausência de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do assentamento e o bem-estar das famílias assentadas.

IV. A QUESTÃO AMBIENTAL COMO ALICERCE DO PROCESSO ORGANIZATIVO NOS MODELOS DE ASSENTAMENTO DIFERENCIADO

A problemática ambiental vem dando novos significados às demandas e às lutas sociais, em especial nos territórios rurais dos países Latino-americanos. No conjunto de discussões sobre o chamado Desenvolvimento Sustentável é possível identificar duas tendências. A primeira está ancorada nos princípios do Desenvolvimento Sustentável em que as ações buscam resolver os problemas ambientais por meio da “*capitalização da natureza*”, da concertação internacional e da execução de programas nacionais de normatividade e controle (LEFF, 2000). A segunda tendência surge da articulação dos movimentos sociais do campo, especialmente, os grupos indígenas, ribeirinhos e camponeses que não lutam apenas pela manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações, mas também pelas condições atuais de reprodução da própria geração. (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

De acordo com Lepri (2011) a história dos Projetos de Assentamento ambientalmente diferenciados (PADs) está relacionada com a mobilização de lideranças de diversos estados, que a partir de várias discussões realizadas começaram a exigir a formulação

de uma política diferenciada de acesso a terra, como a criação de reservas extrativistas em que destaca-se a atuação de Chico Mendes¹. A regulamentação legal dos PADs teve início com a Portaria Interministerial n° 1 de 24 de setembro de 1999, na qual os Ministros de Estado do Meio Ambiente e Extraordinário da Política Fundiária resolvem:

Art. 1° - Instituir a Comissão Institucional, para elaborar proposta, visando atingir dois objetivos: I – a criação, no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária, de uma modalidade de reforma agrária, que compatibilize os direitos das populações, que fazem uso sustentável de recursos naturais, regionais, com a proteção ambiental das florestas nativas, II – adequação dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) à essa modalidade de reforma agrária e às peculiaridades dos beneficiários.

A partir de então, vários outros dispositivos técnicos e legais foram sendo criados visando à implementação e à melhoria desses projetos ambientalmente diferenciados². O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento diferenciado (PAD), de interesse sócio-econômico-ambiental e apresenta-se como uma alternativa aos projetos de assentamentos convencionais. Tem como norte a combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas, e até mesmo a recomposição de seu potencial de recursos naturais original. Essa modalidade se mostra mais adequada às especificidades de locais inseridos em zonas florestais e das demandas de suas populações, permitindo respeitar e dinamizar a vocação florestal da região, conservando a biodiversidade, inclusive o ser humano, e diminuindo o impacto ambiental dos projetos de assentamento (INCRA/MDA Cartilha – Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS, 2006).

As áreas preferenciais para implantação desta modalidade de assentamento são aquelas que apresentam potencial produtivo que viabilize a conservação e/ou a recuperação e/ou ampliação dos recursos naturais, em suas bases primárias. Ainda são áreas preferenciais, aquelas ocupadas por demanda de movimentos sociais

¹ O caso de Chico Mendes demonstra a forma de respostas da classe dominante às denúncias de destruição de povos e regiões: seringueiro e sindicalista, Chico foi protagonista da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre), no ano de 1977. Nesse processo, se tornou referência de peso na denúncia da destruição da floresta amazônica. Em 1988 foi assassinado a mando de setores ruralistas.

² Disponíveis nos portais do INCRA e do MMA, no setor LEGISLAÇÃO.

e de comunidades residentes ou não, que tenham potencial produtivo para a viabilização da conservação e/ou recuperação e/ou ampliação dos recursos naturais em suas bases primárias.
(INCRA/MDA Cartilha – Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS, 2006).

Os projetos dessa modalidade apresentam como base os seguintes aspectos:

- a – O atendimento às especificidades regionais de forma a resgatar o valor econômico, cultural e social das florestas, várzeas, mangues e etc, não se restringindo apenas ao potencial agrícola da terra, o que é tradicionalmente predominante nos assentamentos convencionais;
- b – O interesse ecológico, além do social;
- c – A valorização da organização social do trabalho e gestão comunitária;
- d – A concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominal, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais e;
- e – O interesse ecológico da recomposição do potencial original da área.

Até 2011, o INCRA registrou publicamente o total de 111 Projetos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que boa parte destes se encontram na região norte do país. 17 projetos de assentamento desta modalidade estão concentrados na região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, sendo na sua grande maioria conquistados pelos movimentos sociais do campo, especialmente o MST. Dentre estes podemos citar o PDS Sepe Tiaraju no município de Serrana, criado em 2003 com 797.7495 ha e 80 famílias e o PDS Professor Luiz de David Macedo em Apiaí, com 776.722 ha, com 68 famílias (INCRA, Relação de Projetos de Reforma Agrária).

Para implementação de qualquer PAD é exigido a elaboração de um Projeto Básico, com um diagnóstico do território baseado na Resolução CONAMA 387/2006 e um Plano de Utilização (PU), que prescreve o que pode e o que não pode ser feito em cada área do assentamento, o qual precisa ser ratificado por todas as famílias beneficiárias como determina a instrução normativa nº 03/2007 do Instituto Chico Mendes:

Art. 18. Com base no cadastro da população tradicional beneficiária e no Plano de Utilização deve ser firmado um Termo de

Compromisso entre as famílias que receberão a concessão do direito real de uso e o Instituto Chico Mendes.

Art. 20. São consideradas prioritárias para a criação de RESEX ou RDS (e FLONAS) áreas de uso ou que abriguem populações tradicionais em situações de vulnerabilidade, sob ameaças ou conflitos que ponham em risco seus modos de vida e a conservação ambiental, podendo, em caso de risco de dano grave, ser decretada limitações administrativas provisórias.

No âmbito do INCRA, a norma de execução nº 93/2010 dispõe sobre a aprovação de modelos de Contrato de Concessão Real de Uso (CCRDU) para os PADs: Projeto Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) da seguinte forma:

Art.6º - O CCRDU poderá ser firmado de forma individual ou coletiva. No CCRDU individual os modelos descritos dos anexos da presente norma estabelecem documentos capazes de atender as diferentes formas de demarcação e fração ideal.

Art. 8º - O CCRDU poderá ser cancelado, a qualquer tempo, caso não estejam sendo cumpridas as cláusulas resolutivas que regem os direitos e obrigações das partes.

De 2013 a 2009 foram reconhecidos pelo Incra 446 projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PAD) e 2693 convencionais (PA), sendo 103 dos PADS na modalidade PDS. o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, reconhecido pelo INCRA em maio de 2014, é o primeiro assentamento em modelo agroecológico do estado do Rio de Janeiro localizado em uma área de proteção ambiental na região Serrana de Macaé com densa área florestal e importantes rios que compõe a Bacia do Rio Macaé.¹ Grande parte do terreno da Fazenda Bom Jardim é recoberta por vegetação (cerca de 58% corresponde a vegetação em estágio médio ou avançado), sinalizando ainda mais a importância de construir e consolidar estratégias de uso manejado da floresta e dos bens naturais nela existentes.

A modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criada pela Portaria/INCRA nº 477/1999 “visa entender anseio do governo, dos movimentos sociais e das populações sem terra no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicional, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento

¹ Dessa essa experiência será feito um estudo de caso para a consecução da dissertação do mestrado em curso.

sustentável.” (BRASIL, 2000) Um dos dilemas cruciais apontado por diversos estudiosos na execução de projetos de assentamentos de reforma agrária no território brasileiro é a conciliação do desenvolvimento da pequena produção familiar às questões de ordem ambiental, além da necessidade de criar mecanismos que impeçam a venda ou arrendamento dos lotes para fins distintos da reforma agrária. Os assentamentos implementados pelo governo federal e também por outras esferas governamentais (estadual e municipal) têm sido alvos de diversas críticas por parte dos estudiosos do assunto e por diversos outros segmentos da sociedade, uma vez que as políticas contemporâneas de reforma agrária visam apenas à distribuição terras, não oferecendo, de modo suficiente, as infra-estruturas necessárias para que as famílias assentadas possam efetivamente alcançar êxito. Nesse sentido, o desenvolvimento dos assentamentos fica comprometido e favorece a disseminação de argumentos que defendem a não necessidade de se fazer à reforma agrária no Brasil, visto que a agricultura familiar não teria condições para dinamizar o aprimoramento das forças produtivas no campo e que, portanto, os investimentos deveriam ser canalizados para os setores mais modernos capazes de gerar inovações, como é o caso da agricultura capitalista.

É preciso reconhecer que a crise do atual modelo de desenvolvimento econômico é também uma crise ecológica que resulta da transformação de tudo (a terra, água, o ar que respiramos e seres humanos) em mercadorias. O critério único desse sistema é a expansão dos negócios e acumulação dos lucros. De acordo com Löwy (2012) esses aspectos conformam uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna. Nesse contexto esse autor afirma que o discurso hegemônico atual sobre o “desenvolvimento sustentável” quando se manifesta em contextos, como no processo da Rio+20, se situa nos limites impostos pela economia de mercado e portanto é incapaz de propor alternativas efetivas pois é regido pelas regras do lucro, da competição e da acumulação inerentes ao sistema capitalista.

Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem um outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista.

O ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso ao meio ambiente. Trata-se da crítica e

da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção (LÖWY, 2012, p.42).

Essa alternativa requer então uma reorganização do conjunto do modo de produção e consumo, baseada em necessidades reais da população e na defesa do equilíbrio ecológico, ou seja, é necessário transformar o estilo, o padrão e todo o modo de vida em torno do consumo que é baseado na produção massiva de objetos artificiais, inúteis e nocivos (LÖWY, 2012). A perspectiva do ecossocialismo nos exige uma reflexão crítica sobre o pensamento e a tradição marxista. Para muitos autores que discutem o tema, Marx explica (no primeiro volume de “O Capital”) como o capitalismo esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva está presente nos escritos de Marx, embora não tenha sido suficientemente desenvolvida.

Lideranças do movimento afirmam que lutar pela terra atualmente não é apenas lutar contra o latifúndio, mas é uma luta ideológica em que se disputa um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. (CONCRAB, 2004, p.6). Nesse sentido, a luta pela reforma agrária não se restringe à conquista da terra, mas envolve também outras mobilizações no sentido de ampliar e consolidar políticas públicas que atendam as necessidades da população excluída dos interesses do capital: tanto a população que tradicionalmente viveu no campo, quanto aquela que habita hoje as periferias das grandes e médias cidades brasileiras.

De acordo com Gonçalves (2010), em sua dissertação de mestrado sobre o processo organizativo do Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP, para o MST, este novo modelo de assentamento é uma forma de se contrapor ao agronegócio cujas principais características têm sido: a exploração intensa dos recursos naturais, a degradação ambiental, em especial do solo e dos recursos hídricos, além de uma considerável precarização das relações de trabalho no campo.

Podemos concluir que na concepção do MST – tomando como referências estudos sobre outros assentamentos no modo PDS que estão num período de maior amadurecimento – e em diálogo com os sujeitos envolvidos no assentamento Osvaldo de Oliveira, o PDS, para além de um projeto de produção agrícola em consonância com os princípios da agroecologia, é também um projeto de vida: o desenvolvimento econômico, social e ambiental são

considerados de forma a promover um conjunto de ações que tragam benefícios para toda a coletividade, tanto do campo quanto da cidade. A preocupação com a preservação do meio ambiente, com a produção de alimentos saudáveis (sem uso de agrotóxicos e demais insumos químicos) e com a socialização coletiva da terra – na contramão do seu uso privado – expressam o avanço de uma participação consciente com valores que apontam potencialidades para uma consciência emancipada do individualismo – o qual tende ao empobrecimento da subjetividade humana e apresenta limites para a consciência de classe.

Surge, portanto a necessidade de repensar o atual modelo de assentamento e trabalhar para se atingir uma nova concepção, os assentamentos sustentáveis. A sua aplicação bem sucedida poderia revolucionar o processo de ocupação do meio ambiente. Para se atingir, de fato, um desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária é necessário considerar os seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. A civilização capitalista tem avançado com velocidade crescente em direção a uma catástrofe ecológica. É preciso que o conjunto das ações de todos os envolvidos consiga estabelecer um programa de políticas públicas que impeça o agravamento dos problemas sociais e ambientais e satisfaça as medidas necessárias, das quais, a proposta da reforma agrária popular defendida pelo MST procura responder¹. Apesar dos seus limites, o PDS pode constituir-se num padrão para os futuros assentamentos de reforma agrária. Precisamos puxar os freios desse abismo, antes que seja tarde demais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

¹ O projeto da reforma agrária popular defendido pelo MST representaria uma das fases de mobilização e organização política da esquerda em torno de um projeto emancipatório. No entendimento do MST, a conquista da terra provocaria na classe trabalhadora o desejo de lutar por objetivos maiores e essa vontade coletiva provocaria uma crise institucional que redirecionaria o aparato estatal em favor da mudança do modelo econômico. De acordo com o movimento isso só seria possível, num momento de grande mobilização social, onde trabalhadores do campo e da cidade estivessem unidos em torno de um mesmo ideal: a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada. Assim, é preciso construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antimperialista.

AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). **II caderno de textos do Grupo de Trabalho em assuntos agrários**, Seções Rio de Janeiro e Niterói. Julho 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (org.) **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. 2006. **Censo Agropecuário**. Resultados preliminares. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 01 jun. 2014.
BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS. Brasília: MDA, 2000. 50 p.

BRASIL. **II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005. Brasil, 2005.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio [Coord.]. **Conflitos no Campo: Brasil 2016**. [Goiânia]: CPT Nacional Brasil, 2016.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão do acampamento**, São Paulo: CONCRAB, 2004. (Caderno de Cooperação Agrícola Nº 10).

DIEGES. A.C.S. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ENGELS. Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.
FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. 2 versão. Brasília: 24 p, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979- 1999)**. SP: USP, 1999 (tese de doutorado).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernado Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, PP.11-27, jan./jun. 2003.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm. Acesso em 01/06/2014>.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

GONÇALVES E FERNANDES. Elieneai, Bernardo. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamento da reforma agrária de mercado no Brasil**: Contribuição para compreensão da diversidade e atualidade da reforma agrária brasileira. Presidente Prudente: FCT/Unesp; NERA, 2012.

GONÇALVES, José Claudio. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto**. São Paulo: UFSCAR, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IASI, Mauro Luiz. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. [S.l.]: Expressão Popular, 2011.

INCRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**: 2011 LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FYRB, 2000.

KATZ, Claudio. Discusiones Marxistas sobre tecnologia. **Teoría, en Razón y Revolución** nro, 3, invierno 1997, reedición electrónica.

LEPRI. Monica Cavalcanti. Projetos de Assentamento ambientalmente diferenciados: a reforma agrária ecosocialista do século XXI? In: II Conferência do Desenvolvimento. **Anais...** IPEA. Brasília, 2011.

LÖWY, Michel. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michel. A alternativa ecosocialista. **Revista Democracia Viva**, 48 ed. jun. 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007;

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O capital**: volume I. São Paulo: Abril cultural, 1984.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório preliminar do DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**. Presidente Prudente: NERA, 2012.

NETTO & BRAZ. José Paulo, Marcelo. O capitalismo contemporâneo. In: NETTO & BRAZ. José Paulo, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4º ed. São Paulo:Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19 n. 21, jul./dez. 2003, p. 113-156.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SARADÓN, S. Impacto ambiental de la agricultura; el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sostenible. **Sistemas Agrícolas Sustentables**, Santiago: CLADES/ Facultad de Ciencias Agrícolas Universidad Central de Ecuador: 1996.

STÉDILE E FERNANDES. João Pedro, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J. P. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994. 322p. p. 306 – 322.

STÉDILE, J. P. **A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil**. Setor de Formação, 2005.

WELCH, C; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WALLERSTEIN, I. M. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p.263-276.